

Ata da 55ª Reunião Ordinária
da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,
realizada em 11/03/2010, 5ª feira, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia,
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. José Domingos Gonzalez Miguez - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Adriano Santhiago de Oliveira - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Andréia Souza Santos - Ministério do Meio Ambiente
4. Wadih João Scandar Neto – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
5. Ernani Lustosa Kuhn - Ministério da Fazenda

Outros Participantes:

1. Marcela Cardoso Guilles da Conceição – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Eduardo Valente Canina - Ministério do Meio Ambiente
3. Josana de O. Lima – Ministério do Meio Ambiente
4. João Luiz Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
5. Luís Fernando Badanhan - Ministério de Minas e Energia
6. Samira Sana Fernandes de Souza – Ministério de Minas e Energia
7. Ageisa Gonzaga V. da Costa - Ministério das Cidades
8. Demétrio Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
9. Tiago Quintela Giuliani - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
10. Túlio César Mourthé de Alvin Andrade – Ministério das Relações Exteriores

Resumo das discussões e decisões da 54ª Reunião Ordinária da Comissão:

- Aprovação da Ata da 54ª Reunião Ordinária
- Análise dos projetos – síntese:

Número	Projeto	Posição anterior	Posição pós-reunião
261	São Fernando	Revisão	Aprovado com ressalvas
262	Granja Paraíso	Revisão	Aprovado
264	Projeto Pequeno Central Hidrelétrico Rodeio Bonito.	Submetido	Aprovado com ressalvas
265	Atividade de Projeto de MDL da Usina Hidrelétrica Baguari	Submetido	Revisão
266	Recuperação de gás residual para geração de energia térmica na Planta Três Marias	Submetido	Revisão
267	Utilização de calor residual na planta da Votorantim Celulose e Papel em Jacareí, Brasil	Submetido	Revisão
268	Projeto de Compostagem de Lodo de Jacareí da VCP	Submetido	Revisão
269	Projeto de MDL da Guanhães Energia, Minas Gerais, Brasil	Submetido-	Aprovado com ressalvas

- Novos projetos

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, após dar as boas vindas aos presentes, iniciou a 55ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima por meio da aprovação da ata da 54ª Reunião Ordinária da Comissão.

1. Aprovação da Ata da 54ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, questionou se existiria alguma modificação a ser realizada na minuta da ata da 54ª Reunião Ordinária da Comissão ou se todos concordavam com a aprovação. Como nenhuma modificação foi sugerida, a ata foi aprovada.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou para a categoria de projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC.

- **261 – Projeto de Cogeração a Biomassa São Fernando (ofício 449 enviado em 15/01/2010, com resposta em 24/02/2010).**

O Dr. Adriano Santhiago manifestou que a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia seria pela aprovação, pois as exigências foram atendidas. E citou que as correções de tradução e notação científica foram realizadas, a tradução e formatação do relatório de validação foram feitas, as dúvidas sobre a capacidade da usina foram esclarecidas, as cópias das licenças ambientais foram enviadas e o DCP e anexo 3 foram publicados em *site* específico.

A Dr^a. Samira Sana Fernandes de Souza citou que as questões sobre a potência da usina foram resolvidas. Contudo, manifestou que a questão que trata da conformidade com a ANEEL não foi esclarecida, e assim o Ministério de Minas e Energia posicionou-se pela aprovação com ressalvas.

Portanto, a CIMGC deliberou pela aprovação do Projeto de Cogeração a Biomassa São Fernando com a seguinte ressalva:

- Apresentar documento com o valor de potência efetivamente autorizado para o empreendimento, de forma a comprovar o valor de 114 MW informado no DCP, ou apresentar solicitação de regularização da potência autorizada junto à ANEEL.
- **262 – Agrocereis – Captura e Combustão de Metano na Granja Paraíso (ofício 448 enviado em 15/01/2010, com resposta em 26/02/2010).**

O Dr. Adriano Santhiago registrou que a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia era pela aprovação do projeto, tendo em vista que as exigências foram atendidas. E citou que

correções de tradução e notação científica foram realizadas, incompatibilidades de DCP e PDD foram corrigidas, CNPJ da Agrocerec foi inserido no projeto. Ele ressaltou que o projeto foi colocado em revisão por causa do anexo 3 que foi corrigido de forma satisfatória.

Portanto, a CIMGC deliberou pela aprovação do projeto Agrocerec – Captura e Combustão de Metano na Granja Paraíso

Na sequência, O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez iniciou a deliberação sobre os projetos submetidos na última reunião.

➤ **264 - Projeto Pequena Central Hidrelétrica Rodeio Bonito.**

O Dr. Adriano Santhiago registrou que a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia era pela aprovação com ressalvas. Ele citou que eram necessárias correções de pontuação decimal do DCP e PDD, correção de erros de tradução no relatório de validação, a verificação dos cálculos da taxa interna de retorno, publicação do DCP e anexo 3 em *site* específico.

A Dra. Andréia Souza Santos manifestou que a posição do Ministério do Meio Ambiente seria pela aprovação com ressalvas, pois a licença ambiental do projeto é mencionada no DCP, mas a cópia do documento não foi enviada.

A Dr^a. Samira Sana Fernandes de Souza citou que o fator de emissão utilizado nos cálculos foi do ano de 2006, apesar do projeto ser de 2009 e questionou se esse motivo seria suficiente para uma aprovação com ressalva. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez disse que essa dúvida foi levantada no Conselho Executivo do MDL e perguntou se a metodologia permitia esse outro cálculo e se exista uma grande diferença entre os fatores. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez disse que era necessário entender a metodologia, pois mesmo aprovando o projeto, ele poderia ficar em revisão no Conselho Executivo do MDL.

Enquanto as dúvidas relacionadas à metodologia e ao fator de emissão eram analisadas pela Secretaria Executiva da CIMGC, O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou para o próximo projeto.

➤ **265 - Atividade de Projeto de MDL da Usina Hidrelétrica Baguari**

O Dr. Adriano Santhiago registrou que a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia era pela revisão do projeto. Ele citou que era necessária a verificação dos cálculos da taxa interna de retorno, apresentação de contrato social de representação legal da empresa participante, esclarecimentos sobre um pedido de ação futura, ausência de algumas cartas-convites e a publicação do DCP e anexo 3 no *site* da internet.

A Dra. Andréia Souza Santos manifestou que a posição do Ministério do Meio Ambiente seria pela aprovação com ressalvas, pois não foi apresentada a cópia do protocolo da solicitação de licença de operação.

A Dr^a. Samira Sana Fernandes de Souza Santos manifestou que a posição do Ministério de Minas e Energia seria pela revisão. Ela citou a existência de problemas com as licenças ambientais, necessidade de esclarecimento sobre diferenças dos valores de redução das emissões entre os diferentes anos e problemas na análise de adicionalidade.

Portanto, a CIMGC deliberou pela revisão do Projeto de MDL da Usina Hidrelétrica Baguari, devendo atender às considerações a seguir:

- Reapresentação do DCP/PDD para:
 - Esclarecer qual seria o percentual adicional que o MDL traria em relação às análises de TIR apresentadas, incluindo a análise de sensibilidade. Desta forma, haveria indicações claras que com a receita adicional do MDL o empreendimento teria TIR maior que o *benchmark* analisado. Solicita-se o encaminhamento da planilha de cálculo da TIR para uma melhor avaliação dos dados apresentados no DCP.
 - Com relação à análise de Adicionalidade, melhor caracterizar os argumentos relacionados às Práticas Comuns.
- Apresentação do contrato social ou outra documentação equivalente que aponte que o Sr. Marcos Lúcio Lignani Siqueira pode atuar como representante legal da empresa participante de projeto Consórcio UHE Baguari, cujo número do CNPJ não foi fornecido, sendo o envio do mesmo necessário. Da mesma forma, apresentar documentação similar da empresa ECOPART.
- Reapresentação do relatório de validação para:
 - Esclarecer as razões do não encerramento/verificação da SE 19 e da SAC 17, ambas relativas aos dados da análise de investimento da atividade de projeto (tanto na versão em inglês quanto na versão em português). Esclarecer as razões, e revisar, se necessário, a redação atual do resumo onde há referência a 20 resultados, sendo que o mesmo texto no relatório apresenta somente 19 resultados (13 SACs e 6 SEs), excluindo referência explícita no resumo da existência de uma SAF (Solicitação de Ação Futura). Apresentar esclarecimento sobre como a existência de uma SAF não compromete o resultado de validação da atividade de projeto. Esclarecer sob quais fundamentos procedimentais (regras do MDL, decisões de COP, etc) se assenta a decisão de que é escopo da auditoria de verificação lidar com as ações futuras identificadas neste processo de validação.
- Apresentar as cópias dos documentos de confirmação de recebimento de cartas-convite para Assembléia Legislativa e para a associação comunitária da cidade de Governador Valadares. Apresentar esclarecimentos sobre a desconformidade das cartas-convite em relação à regulamentação da CIMGC, pois estas não apresentam

endereços virtuais para o acesso ao DCP e ao Anexo III. Solicita-se a publicação imediata destes documentos (DCP e Anexo III) em suas versões mais atualizadas em endereço de sítio de internet para acesso das partes interessadas.

- Apresentar as Licenças Ambientais
- Esclarecer o fato do primeiro ano o volume de emissões ser menor do que o dos anos posteriores;

➤ **266 - Recuperação de gás residual para geração de energia térmica na Planta Três Marias**

O Dr. Adriano Santhiago registrou que a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia era pela revisão do projeto. Ele citou que era necessário esclarecer questões sobre o monitoramento e um pedido de ação futura, apresentação de contrato social de representação legal da empresa participante e resolução de problemas com licença ambiental e anexo 3.

A Dra. Andréia Souza Santos manifestou que a posição do Ministério da Meio Ambiente seria pela revisão do projeto. Ela citou que era necessária a apresentação da licença de operação, cópia do documento enviado ao órgão ambiental com as mudanças da planta, declaração do órgão ambiental local que estava analisando esse documento e a demonstração dos investimentos em programas sociais.

A Dr.^a. Samira Sana Fernandes de Souza Santos manifestou que a posição do Ministério de Minas e Energia seria pela revisão. Ela citou a existência de problemas com as licenças ambientais, a ausência do plano de monitoramento e problemas na análise de adicionalidade.

Portanto, a CIMGC deliberou pela revisão do projeto de Recuperação de gás residual para geração de energia térmica na Planta Três Marias, devendo atender às considerações a seguir:

- Reapresentação do DCP/PDD para:
 - Esclarecer os seguintes elementos de contradição, corrigindo-os com vistas a eliminá-los: afirma-se que a atividade de projeto possui como fundamento de adicionalidade a *incerteza de desempenho*, e, no entanto, consta na seção B.7.2 (Descrição do plano de monitoramento) a seguinte passagem “Uma vez que o projeto consiste na instalação de novos equipamentos, não é possível fazer qualquer referência aos parâmetros a serem monitorados durante o período de obtenção de créditos”. A partir desse contexto, deve-se esclarecer quais elementos fundamentam a não apresentação de plano de monitoramento da atividade de projeto uma vez que o DCP apresenta a seguinte afirmação na seção B.7.2: “considerando o sistema de gerenciamento bem implementado já em uso na planta, é possível considerar que serão tomadas todas as medidas necessárias para garantir que todas as variáveis sejam corretamente monitoradas.”
 - Esclarecer porque a barreira institucional apresentada é do próprio proponente do projeto e refere-se aos procedimentos estabelecidos pela empresa durante a

determinação de seu portfólio de investimentos. Apresentar as comprovações de que o projeto é voluntário;

- Reapresentação do relatório de validação:
 - Apresentar justificativa sobre como a existência de uma SAF não compromete o resultado de validação da atividade de projeto. Esclarecer sob quais fundamentos procedimentais (regras do MDL, decisões de COP, etc) se baseia a decisão de que é escopo da auditoria de verificação lidar com as ações futuras identificadas no processo de validação.
- Reapresentar o Anexo III, esclarecendo a contradição interna da seção c) (consta que a atividade de projeto não terá impacto nenhum, seja positivo ou negativo, mas ao mesmo tempo traz indicação de que serão necessárias realizações de atividades intensivas em mão-de-obra tais como realização das obras civis necessárias. Apresentar também esclarecimento e harmonização da seção d) do Anexo III junto à informação apresentada no Relatório de Validação, pois consta no texto do referido anexo que a atividade de projeto “cria capacidade local de atuação necessária para o gerenciamento de projetos”, porém, é exatamente sobre os itens gerenciamento, treinamento de pessoal, monitoramento da atividade, entre outros, que houve ausência de cumprimento na validação e portanto, foi incluído o PAF 16 ao qual a auditoria de verificação deverá avaliar.
- Apresentar cópia das licenças ambientais.
- Enviar o contrato social ou outra documentação equivalente que aponte que o Sr. Paulo Oliveira Motta Junior é representante legal da empresa participante do projeto.
- Apresentar plano de monitoramento adequado.

➤ **267 - Utilização de calor residual na planta da Votorantim Celulose e Papel em Jacaré, Brasil**

O Dr. Adriano Santhiago registrou que a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia era pela revisão do projeto. Ele citou que esse projeto apresenta os mesmos problemas do anterior (Três Marias).

A Dra. Andréia Souza Santos manifestou que a posição do Ministério da Meio Ambiente seria pela revisão do projeto. Ela citou que era necessária a apresentação do protocolo de solicitação de renovação da licença de operação

Portanto, a CIMGC deliberou pela revisão do projeto de “Utilização de calor residual na planta da Votorantim Celulose e Papel em Jacareí, Brasil”, devendo atender às considerações a seguir:

- Reapresentação do DCP e PDD, considerando-se as seguintes alterações ou esclarecimentos:
 - Revisar as Figuras 3, 4 e 5 do DCP, pois estas estão em inglês;
 - Revisar as Figuras 6, 7 e 8 do DCP, pois o eixo x está ilegível e em inglês;
 - Revisar as Figuras 8 e 9 do anexo 5, pois estas estão em inglês no DCP;
 - Revisar o texto na página 23 do DCP, pois apresenta parte de uma conversa;
 - Revisar as seções E.2 e E.3, que mencionam “versão atual” do DCP com data de 06/08/2009, sendo que a versão 4, em análise, data de 12/11/09
 - Esclarecer quanto ao interesse do empreendedor na implementação do Projeto.
 - Com relação à análise de adicionalidade, melhor caracterizar as barreiras enfrentadas pelo projeto. Esclarecer as razões da não aprovação do projeto por parte do Comitê de Investimento da empresa. Se for por questões financeiras, demonstrar a inviabilidade do projeto.
 - Fazer uma análise das Práticas Comuns.
 - Com relação ao cálculo da Linha de Base, esclarecer o porquê da utilização do valor de 1 para a fração f_{cap} .
- Reapresentação do Relatório de Validação, para as seguintes correções/esclarecimentos:
 - Completar o Quadro Revisão Técnica e equipe de validação que estão incompletos nas duas versões do Relatório de Validação.
 - Corrigir nome do projeto, pois está em desacordo com o nome do projeto do DCP.
 - Apresentar justificativa sobre como a existência de uma SAF não compromete o resultado de validação da atividade de projeto. Esclarecer sob quais fundamentos procedimentais (regras do MDL, decisões de COP, etc) se baseia a decisão de que é escopo da auditoria de verificação lidar com as ações futuras identificadas no processo de validação.
- Apresentar licença de operação válida ou protocolo com o pedido de renovação da mesma.
- Apresentar cópia de documentação contendo o número do CNPJ da empresa Votorantim Celulose e Papel S.A, assim como documentação que indica que o Sr. Francisco Fernandes Campos Valério é o representante legal da mesma e possui poderes para assinar em nome desta empresa.

➤ 268 - Projeto de Compostagem de Lodo de Jacareí da VCP

O Dr. Adriano Santhiago registrou que a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia era pela revisão do projeto. Ele citou que esse projeto apresenta problemas de adicionalidade e no plano de monitoramento, erro de notação científica, erros de tradução, ausências de cópias das licenças ambientais, ausência do contrato social de representação legal da empresa participante.

A Dra. Andréia Souza Santos manifestou que a posição do Ministério da Meio Ambiente seria pela revisão do projeto. Ela citou que seria necessária a apresentação das cópias das licenças ambientais e dos documentos que atestem a conformidade do projeto com a legislação ambiental.

Portanto, a CIMGC deliberou pela revisão do Projeto de Compostagem de Lodo de Jacareí da VCP, devendo atender às considerações a seguir:

- Reapresentação do DCP e PDD, considerando-se as seguintes alterações ou esclarecimentos:
 - Revisar erro de conotação científica contida na tabela 2 e anexo 3 do DCP;
 - Revisar figuras 3, 4 e 5 do DCP, pois estas estão em inglês no DCP;
 - Revisar figuras 6, 7 e 8 do DCP, pois o eixo x está ilegível e em inglês no DCP;
 - Revisar a figura 4.1.1 do anexo 4, que está em inglês do DCP;
 - Revisar os erros de conotação científica da Tabela 12 do PDD;
 - Colocar tabela na página 64 no item 4.2 do anexo 4;
 - Revisar a Tabela do item B.6.2, pois esta está com dados de emissões de metano durante a compostagem que são diferentes entre as versões;
 - Revisar a Tabela do item B.7.1, pois esta está com dados dos parâmetros $p_{n,j,x}$ e z diferentes entre as versões;
 - Revisar páginas 3 e 52 do PDD, pois apresentam data no padrão brasileiro (DD/MM/YYYY).
 - Esclarecer quanto ao interesse do empreendedor na implementação do Projeto.
 - Com relação à análise de adicionalidade, melhor caracterizar as barreiras enfrentadas pelo projeto. Esclarecer as razões da não aprovação do projeto por parte do Comitê de Investimento da empresa. Se for por questões financeiras, demonstrar a inviabilidade do projeto.

- Reapresentação do Relatório de Validação, para as seguintes correções/esclarecimentos:
 - Completar o Quadro Revisão Técnica e equipe de validação que estão incompletos nas duas versões do Relatório de Validação.
 - Tabela da página 28 com erros de conotação científica na versão em inglês do Relatório de Validação
 - Quadro de Margem de Operação 2007 com médias diferentes entre as versões.
 - Apresentar justificativa sobre como a existência de uma SAF não compromete o resultado de validação da atividade de projeto. Esclarecer sob quais fundamentos procedimentais (regras do MDL, decisões de COP, etc) se baseia a decisão de que é escopo da auditoria de verificação lidar com as ações futuras identificadas no processo de validação.
- Apresentar cópias das licenças ambientais do empreendimento.
- Apresentar cópia de documentação contendo o número do o CNPJ da empresa Votorantim Celulose e Papel S.A.
- Apresentar documento comprobatório do representante legal por parte da VCP.
- Reapresentar o Anexo III com a referência correta ao nome do projeto.

3. Novos projetos

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a considerar os novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC.

- 269 - Projeto de MDL da Guanhães Energia, Minas Gerais, Brasil.
- 270 - Projeto de Geração de Energia e Tratamento de Esgoto Cooperativa Lar (projeto recebido pela Secretaria Executiva em 24/02/2010).
- 271 - Projeto MDL de Reflorestamento no Estado de São Paulo da AES Tietê (projeto recebido pela Secretaria Executiva em 26/02/2010).
- 272 - Mabella & LOGICarbon – Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) a partir de Sistema de Tratamento de Dejetos Suínos, Diamantino, MT, Brasil.
- 273 - Batavo Cooperativa Agroindustrial: Redução das emissões de gases efeito estufa na produção de suínos através da instalação de melhores sistemas de tratamento de dejetos.

- 274 - Projeto de substituição de combustíveis da Samarco Mineração S/A.
- 275 - Medida de eficiência energética na planta de Niquelândia (H1) - Atividade do projeto de MDL da Votorantim Metais.

Portanto, a CIMGC considerou os projetos citados como submetidos.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez destacou que o Ministério da Ciência e Tecnologia conseguiu analisar o projeto “269 - Projeto de MDL da Guanhães Energia, Minas Gerais, Brasil” e perguntou se este poderia ser deliberado naquele momento.. Assim, como houve concordância de todos, a CIMGC passou a deliberá-lo.

- **269 - Projeto de MDL da Guanhães Energia, Minas Gerais, Brasil.**

O Dr. Adriano Santhiago registrou que a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia era pela aprovação com ressalvas. Ele citou esse projeto apresenta erro de notação científica, erros de tradução e ausência de publicação do DCP e anexo 3 em *site* específico.

A Dra. Andréia Souza Santos manifestou que a posição do Ministério da Meio Ambiente seria pela aprovação com ressalvas, concordando com as ressalvas destacadas pelo Dr. Adriano Santhiago.

A Dr^a. Samira Sana Fernandes de Souza Santos manifestou que a posição do Ministério de Minas e Energia seria pela aprovação com ressalvas. Ela citou que no primeiro ano a redução das emissões era menor que nos anos seguintes, mesmo o projeto iniciando em primeiro de janeiro do primeiro ano. Portanto este ponto precisaria de esclarecimento.

Portanto, a CIMGC deliberou pela aprovação com ressalvas do Projeto de MDL da Guanhães Energia, Minas Gerais, Brasil, devendo esclarecer o seguinte:

- Reapresentação do DCP/PDD para:
 - Traduzir para o português o nome da metodologia e das ferramentas no DCP;
 - Traduzir a tabela do anexo 4 que apresenta dados de frequência em inglês.
- Reapresentar o Relatório de Validação para:
 - Traduzir o nome da metodologia e das ferramentas;
 - Traduzir item B 7.2.2 que está em inglês;

- O tópico sobre a carta de aprovação no quadro na página dois está incompleto.
 - Apresentar justificativa sobre como a existência de uma SAF não compromete o resultado de validação da atividade de projeto. Esclarecer sob quais fundamentos procedimentais (regras do MDL, decisões de COP, etc) se baseia a decisão de que é escopo da auditoria de verificação lidar com as ações futuras identificadas no processo de validação.
- Explicar porque não foi mandada carta convite para o Ministério Público Federal.
 - Esclarecer o fato do primeiro ano o volume de emissões ser menor do que o montante esperado.
 - A apresentação da Licença de Operação atualmente válida.
 - Apresentação da cópia do documento enviado ao órgão ambiental local, informando sobre as mudanças que estariam sendo feitas na planta, bem como uma declaração deste órgão ambiental que recebeu o documento, ou que o está analisando.
 - Para comprovar o desenvolvimento de ações que melhorem o desenvolvimento sustentável local, seria interessante que o proponente tentasse demonstrar quanto a Ganhães investe nos programas sociais da unidade onde se desenvolverá o projeto de MDL, se existem programas sociais específicos da unidade que poderiam ser ampliados, e quanto poderia ser aplicado nestes programas, com base no montante que espera-se receber pela comercialização de créditos de carbono.

Na sequência, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez retornou para a deliberação sobre o Projeto Pequena Central Hidrelétrica Rodeio Bonito, após o levantamento da documentação, pela Secretaria Executiva, que poderia auxiliar na análise.

O Dr. Adriano Santhiago citou que a metodologia considera o dado do ano no qual a geração do projeto ocorre. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez sugeriu que a metodologia fosse novamente verificada e que depois os membros da CIMGC deveriam se comunicar, colocando o projeto em revisão, caso o proponente não tenha aplicado a metodologia corretamente. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez perguntou se os membros concordavam e a CIMGC apoiou a sugestão.

Após a análise da metodologia, a Comissão deliberou que o Projeto Pequena Central Hidrelétrica Rodeio Bonito fosse aprovado atendendo as seguintes ressalvas:

- Reapresentação do DCP/PDD para:

Corrigir pontuação decimal inconsistente nas versões em português e inglês da seção B.6.3 (página 32 e 30 nas respectivas versões em português e inglês): 77,059 e 75,997 nas duas versões.

- Esclarecer qual seria o percentual adicional que o MDL traria em relação às análises de TIR apresentadas, incluindo a análise de sensibilidade. Desta forma, haveria indicações claras que com a receita adicional do MDL o empreendimento teria TIR maior que o benchmark analisado. Fornecer a planilha de cálculo para a TIR.
- Reapresentar o Relatório de Validação para a correção dos erros de tradução dos seguintes itens:
 - não houve tradução para o português do 1o parágrafo do item 4.9;
 - não houve tradução para o português do 2o item da última coluna da página 22 do protocolo de validação.
 - o termo CAR não foi traduzido na versão em português em vários trechos do texto (ex. página 55 e 64);
- Providenciar publicação da última versão do DCP em português em sítio eletrônico específico na Rede Mundial de Computadores (Internet) para atender ao que estabelece o item II do parágrafo 5o, artigo 3o da Resolução no 7 da CIMGC.

Não havendo assuntos adicionais a tratar, o Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez,, encerrou a reunião, agradecendo uma vez mais a presença de todos.